

Por uma América do Sul Popular: experiências em habitação social e urbanização de favelas do final do séc. XX até a atualidade.

Sofia de Freitas Portugal

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília
sofia.portugal@unb.abea.arq.br

Liza Maria Souza de Andrade

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora na Universidade de Brasília.
lizamsa@gmail.com

Eixo: A cidade sul-americana contemporânea sob a perspectiva do Sul Global.

Introdução

Este artigo trata da conquista popular na América do Sul, da garantia dos direitos à cidade e à moradia no final do século XX e início do século XXI. Reforçando a teoria da Epistemologia do Sul, o trabalho procura realçar exemplos com participação popular, com análise dos atores envolvidos, contexto e processos desenvolvidos, para que novas formas de atuação em urbanização de favelas e/ou desenvolvimento de habitação popular possam surgir através da reflexão dessas práticas.

A América Latina se industrializou e se urbanizou no início do século XX. Parte da população foi para as cidades, que não comportaram o contingente de pessoas, gerando demanda de moradia e infraestrutura. Assim, surgiram grandes assentamentos informais e problemas sociais que perduram nas cidades sul-americanas. Hoje, a região é 79,5% urbanizada (HABITAT III, 2016), com cerca de 25% de habitantes morando em assentamentos informais.

A partir dos anos 1970 se iniciaram reflexões sobre as cidades (MARICATO, 2018). A partir delas, os conceitos de direito à cidade e à moradia foram consolidados. O primeiro engloba o direito de a população alterar seu espaço e não ser excluída da dinâmica urbana, o segundo corresponde ao princípio básico que cada cidadão deve ter um teto para exercer a cidadania. Durante esse período, a produção da arquitetura social se desenvolveu (MARICATO, 2018), mas em pequena escala, e os

índices de informalização urbana se mantiveram, não sendo suficiente para a democratização da cidade.

Apesar de algumas experiências, a maioria dos profissionais não são formados para trabalhar com esse tema. Nas escolas de arquitetura se ensina muito sobre o processo formal produção, e pouquíssimo sobre os processos sociais, ligados à realidade. Formam-se muitos profissionais que trabalharão para uma parcela muito restrita da população. O que é produzido nas periferias e de maneira popular não chega aos alunos e futuros profissionais, sendo um déficit do ensino.

O artigo tem como objetivo contribuir com os estudos para preencher a essa lacuna na transmissão do conhecimento, tanto feita pelas mãos da população quanto por meio de programas governamentais progressistas, ao analisar exemplos dos países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, que possibilitem ampliar o repertório e gerar futuras pesquisas na área.

É possível notar que onde os moradores se engajaram nas lutas, há uma melhoria na qualidade de vida, pois eles se identificam na cidade proposta. Quando existe um projeto participativo, a comunidade ganha autonomia para propor por ela mesma. Por isso, a participação popular é fundamental para que as políticas urbanas sejam eficientes.

Entender que a comunidade tem conhecimento é necessário para uma prática participativa. Segundo o pensamento de Santos (2010), é preciso vencer o pensamento abissal e olhar os exemplos produzidos no nosso continente, quebrando com a hegemonia do modelo de conhecimento tradicional, que desqualifica o que é popular.

Os países do Cone-Sul têm a situação histórica parecida, por isso, o recorte geográfico se restringe aos países da América do Sul. Isso reforça a necessidade de estudos científicos por uma “Epistemologia do Sul”. Os países tiveram ditaduras militares ou forte controle estrangeiro em meados do século XX, sendo uma ruptura das políticas sociais vigentes e um tratamento violento com as populações pobres. Durante a redemocratização, nos anos 1990, as questões sociais retornam às pautas das políticas públicas.

No século XXI, a região se desenvolveu com incentivos governamentais, mas com a crise de 2008, o crescimento parou, a região entrou em crise e os níveis de exclusão e pobreza voltaram a crescer. Atualmente, com a forte guinada ao liberalismo, as políticas públicas progressistas e seus recursos

podem ser reduzidas. Em tal perspectiva, tende-se a agravar a situação social e aprofundar as disparidades entre a cidade formal e a cidade informal.

A nova realidade sócio-política obriga os técnicos e estudiosos das cidades a refletirem sobre o que foi produzido. É preciso se voltar à América do Sul, e ver as respostas bem-sucedidas para seus problemas. A realidade do subcontinente é única em relação ao mundo, e suas contradições internas muito similares, isso faz com que as práticas se relacionem e se adicionem.

Metodologia

Na universidade, a maioria dos casos exemplares apresentados pelos professores são do hemisfério norte, assim são deixados de lado problemas latentes do sul global como a urbanização de favelas, déficit habitacional e a desigualdade socioespacial. Entende-se que o modelo a ser seguido é o hegemônico, aquele produzido pelo Norte.

Boaventura Santos, em “Epistemologias do Sul” (2010), diz que esse pensamento faz parte do pensamento abissal, em que há a divisão do Norte e Sul global, sendo o Sul aquele que tenta reparar os danos causados pelo capitalismo colonial e que por isso não se desenvolveram economicamente como o Norte (SANTOS, 2010).

Para o autor, é necessário superar essa separação. O pensamento pós-abissal é pós-capitalista e assume a existência de saberes além da ciência ocidental. Esses saberes coexistem e se complementam. Tal pensamento tem o nome de “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2010). Aqui, o pensamento pós-abissal se refere às formas de produzir cidade através da iniciativa popular e dos programas públicos que promoveram a urbanização e habitação mais democrática, que fogem do padrão governamental.

O pensamento pós-abissal pede para que esses exemplos não sejam hegemônico, ou seja do Norte-global, por ele ser a “metrópole” do conhecimento, portanto, o trabalho busca exemplos bem-sucedidos sul-americanos de como melhorar as cidades.

Na seleção dos estudos de caso, foram considerados os exemplos que mais ampliem o entendimento da construção não-hegemônica da cidade. Também foi levado em consideração a conjuntura histórica de cada exemplo, buscando representar a relação com o Estado e as demandas e respostas

para os conflitos em diferentes países, de forma que os estudos de caso possam demonstrar as diferenças e as semelhanças entre os países.

Após análise dos casos escolhidos, uma tabela síntese foi gerada com os parâmetros:

Conjuntura política e histórica

Atores

Projeto

Processo

Financiamento

Estudar o contexto histórico e político é entender quais eram as políticas da época e quais os planos governamentais. Identificar os atores serve para saber quem participou dos processos. Para que de fato a pesquisa chegue aos objetivos finais, é necessário saber qual o projeto realizado, seja a nível de planejamento ou de projeto da arquitetura.

Também é preciso entender os processos desenvolvidos, nas fases de aproximação, criação e execução, já que eles afetam a vida de pessoas em situações delicadas e precisam ser consideradas como atores da construção da cidade. E finalizando, evidenciar o financiamento para as obras ressalta de onde parte o real interesse para as intervenções. Espera-se dessa forma cumprir os objetivos do artigo.

Direito à cidade e à moradia

A cidade, para Lefebvre (2011), é a maior obra do homem. Ela é a representação de uma sociedade, agregando seus valores e projetos. Hoje, uma classe dominante constroi sua cidade segregada para seu usufruto, com núcleos formais e informais se desenvolvendo individualmente porque os pobres também constroem seus espaços.

A mão de obra que veio do campo ocupou de forma autônoma os espaços urbanos que lhe eram permitidos: periferias e áreas sem interesse imobiliário, para se estabelecer na dinâmica urbana e ainda assim sofrem com falta de infraestrutura, longas distâncias e discriminação. Afinal, é o poder do capital que determina as áreas privilegiadas. A cidade se torna tão cara que a qualidade de vida e a moradia se tornam mercadoria, e o Estado permite que o planejamento urbano seja feito pelo

mercado imobiliário. Por isso, a produção de cidade faz espaços excludentes e cega cidade formal da dependência da informal.

O direito à moradia é, segundo Raquel Rolnik (apud LOPES, 2016), a ideia básica que todos precisam morar para ter os outros direitos básicos. É um direito universal do ser humano, que deve ser garantido pelo Estado (LOPES, 2016). Ter uma casa é se reconhecer e existir em uma sociedade. O que acontece na América do Sul é o déficit habitacional nunca ser sanado pela atuação lenta do Estado, e com isso, todas as políticas habitacionais são para tentar reverter a informalidade.

A moradia digna não pode ser considerada apenas pela residência. Ela é a garantia que as pessoas vivam em segurança e dignidade. E é preciso que esses direitos sejam acessíveis a todos, principalmente à população vulnerável. O direito à moradia está relacionado ao direito à cidade, e o princípio em comum é a democratização da vida urbana. É algo maior, coletivo e público.

Para Lefebvre (2011), o direito à cidade é o direito de não exclusão da sociedade urbana, dos seus defeitos e qualidades e da apropriação do espaço. Para o autor, o espaço urbano é coletivo e gera uma cidade com valor de uso, com pactos sociais e políticos. Já para Harvey (2012), o direito à cidade é o direito de mudar a cidade de acordo com os desejos coletivos, por meio da tomada do poder de decisão. Por isso é imprescindível que aconteça a mobilização social, pois esses são os caminhos para a proposição de novas soluções.

Ambos os autores ressaltam a importância da organização popular. Os direitos sociais atuais foram conquistados pelos movimentos sociais, e a conquista do uso pleno da cidade será apenas por meio da mobilização social, e assim os princípios de democratização mudarão radicalmente o meio urbano.

A valorização da propriedade privada e individualização da sociedade produzem espaços excludentes. As práticas coletivas e sociais são esquecidas, e o direito à propriedade privada e à individualidade prevalecem em cima dos outros, que são o tipo de direito que os atuais direitos humanos defendem (HARVEY, 2012).

Para garantir a democratização das cidades, o Estado não deve deixar o mercado imobiliário ser o planejador delas, pois o produto sempre vai ser elitista, visando o lucro em detrimento às pessoas. Mesmo com o dever do Estado, a organização social é imprescindível para a conquista desses direitos, lutando coletivamente.

Resultados

La Victoria, Santiago, Chile, 1958

Em 30 de outubro de 1957, após dois incêndios consecutivos (MORALES e ÁVILA, 2006), a população decidiu tomar uma propriedade em desuso (GIANNOTTI, 2014)(CORTÉS, 2014)(MORALES e ÁVILA, 2006). Cerca de 1200 famílias fizeram a “*toma*”,¹ para fazer por eles mesmos o que o Estado havia prometido (CORTÉS, 2007).

Esse fato coloca a *toma* como um ator da dinâmica urbana. Surge então o *Movimiento de Pobladores*², que se torna o maior agente da transformação urbana na década de 1970. A *Población La Victoria* se tornou exemplo de organização e mobilização (CORTÉS, 2014).

Depois da *toma*, o auxílio técnico do partido comunista (PC), possibilitou a organização do território e a fixação dos moradores da forma que foram assentados, pois o projeto seguia as normas urbanísticas vigentes. O movimento estudantil, a Central dos Trabalhadores e a Igreja Católica estiveram como auxílio, e se destacaram nas mediações entre Estado e população e na arrecadação de alimentos para a ocupação (AMARÓS, 1990) (CORTÉS, 2014).

Apesar desse auxílio, os moradores tiveram o protagonismo, tanto na organização interna, quanto na construção do território, sendo os urbanistas e criando várias entidades como o jornal “*La Voz de La Victoria*”, escola e pronto-socorro (CORTÉS, 2014).

O projeto urbanístico previa lotes unifamiliares, um parque central e um centro cívico (GIANNOTTI, 2014), porém, por causa a quantidade de moradores a área verde foi retirada e os terrenos passaram a ser menores. A tipologia era exclusivamente unifamiliar (GIANNOTTI, 2014). Assim, foi possível refutar o projeto governamental para o local, e a regularização foi feita com o loteamento pensado pelos moradores (GIANNOTTI, 2014).

O projeto foi feito na ocupação, dentro do próprio acampamento em conjunto aos moradores, fazendo as alterações no desenho conforme as discussões aconteciam, com a ideia de organizar o

¹ Ocupação organizada de terrenos fiscais, com ordenamento do solo prévio (GIANNOTTI, 2014)(MORALES e ÁVILA, 2006), em que o valor do uso prevalece sobre o valor da propriedade (CORTÉS, 2007).

² Movimento organizado a partir de acampamentos por *tomas*, dirigidas por líderes comunitários e militantes. Os acampamentos eram uma organização social e territorial, uma forma de crescimento da cidade (adaptado e traduzido livremente, CORTES, p. 248, 2014).

território autonomamente (CORTÉS, 2007). Para a implantação, foram estabelecidas regras gerais, como a obrigatoriedade de fossas nos lotes e afastamentos das casas dos limites dos lotes para evitar a propagação de incêndios (GIANNOTTI, 2014).

A construção aconteceu em duas etapas, a primeira é coletiva, de domínio do terreno e construção da área pública, e a segunda com a autoconstrução da própria residência, sendo individual. A instalação de infraestrutura inicial e provisória, como a tubulação de água e fios elétricos (estes planejados por engenheiro membro do PC) (CORTÉS, 2014) foram feitos a partir das mãos dos moradores.

A urbanização aconteceu por financiamento coletivo com atividades de arrecadação de dinheiro “passo a passo” através de bailes, rifas, vendas de chocolate (LAWNER, 2007). Houve o suporte do Estado para titularização, e fornecimento energia elétrica e rede de água em 1964, e depois a pavimentação (GIANNOTTI, 2014).

Conjunto José Pedro Varela, Montevidéu, Uruguai, 1970

Por ter um sistema pecuário que não precisa de muita mão de obra, o Uruguai se urbanizou antes da década de 1970 e se desenvolveu economicamente, sendo vanguarda na garantia dos direitos sociais. A crise de 1967 foi propícia para a atuação dos movimentos sociais que se organizaram em cooperativas para construir casas para trabalhadores, pois houve uma queda na produção governamental de moradia.

Em 1968 foi promulgada a *Ley Nacional de Vivienda*. As experiências de coletivização da força sindical possibilitaram que a Lei permitisse a propriedade coletiva da cooperativa e que o morador se tornasse um usuário da habitação, e não o dono, afastando a atuação do mercado (HIC-AL, 2017) (HIRATA e MARCHISOTTI, 2018).

No final dos anos 1960, inúmeras cooperativas surgiram e foram auxiliadas pelo *Centro de Asistencia Técnica y Social - CEDAS*. Em 1971, consolidaram a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua - FUCVAM*, que se torna a principal forma das camadas populares terem acesso à moradia. As cooperativas de ajuda mútua representaram um terço do financiamento estatal para moradia nos anos de 1968 e 1973 (BARAVELLI, 2006).

O Conjunto José Pedro Varela surge da junção de cooperativas para construir 4 mil unidades habitacionais. Foram divididas 6 Zonas (mesas intercooperativas) que se organizaram autonomamente para sua produção com ajuda de um instituto que auxiliava o processo de compra do terreno, financiamento e até os projetos de edificações (CUBRIA e DI PAULA, 2008).

Para a construção do Conjunto, devido a escala, foi necessária ajuda externa. Os projetos foram feitos por arquitetos da CEDAS (HIC-AL, 2017). As estruturas foram feitas por empreiteiras in loco, e os cooperados fizeram a montagem das peças. Já a vedação e acabamento eram função dos cooperados (BARAVELLI, 2006). O desenho ficava exposto no canteiro de obras, e por isso frequentemente eram encontradas anotações acerca do projeto (HIRATA e MARCHISOTTI, 2018).

Devido a autogestão, eram os cooperados que geriam os recursos materiais, planejavam e determinavam detalhes do projeto em assembleias onde cada família tinha um representante com direito à voto, mesmo que a construção fosse feita com vários atores (HIRATA e MARCHISOTTI, 2018). A autogestão, autoconstrução e democracia direta são alguns dos pilares das cooperativas de ajuda mútua.

Em relação ao projeto urbanístico, procurou-se dar continuidade ao bairro existente alinhando as vias principais. A área verde era também o espaço dos edifícios comunitários das Zonas (CUBRIA e DI PAULA, 2008). O desenho não foi executado completamente porque apenas 3 das 6 zonas construíram seus conjuntos.

Cada uma delas assumiu um projeto arquitetônico diferente devido autonomia de cada grupo, então o conjunto tem arquitetura heterogênea (CUBRIA e DI PAULA, 2008). A relação em comum dos projetos é a qualidade da obra, modulação, uso de pré-moldado em concreto, “apartamentos em fitas”, e os pátios internos que servem de elemento de transição (BARAVELLI, 2006).

A Zona 1 é composta por edifícios de quatro andares posicionados em ângulo de 60° entre si, conectados pela escada de acesso aos pavimentos superiores e corredor externo. A Zona 3, a maior das três zonas, é composta por duas tipologias: duplex em tira e conjuntos de 2 blocos de 4 andares. Neste último, a circulação entre os blocos é feita por um corredor central externo tanto no primeiro pavimento, dando acesso ao segundo, quanto do terceiro, com acesso ao quarto pavimento. Já a Zona 6 é constituída de blocos duplex de 3 ou 4 andares, paralela entre si, conectados por uma “rua corredor” no segundo pavimento, que contém a escada de acesso (ALMEIDA e PINTOS, 2015).

Esse processo de autoconstrução e autogestão aumentava o sentimento de pertencimento ao conjunto, e reforçava a ideia de solidariedade. Nas cooperativas de ajuda mútua, as famílias constroem todas as residências e só recebem uma unidade sorteada depois que as casas estão prontas (HIC-AL, 2017).

O projeto foi financiado pelo Estado, que na época recebia o dinheiro por meio de um imposto específico de habitação, criado pela *Ley de Vivienda* (1968) (BRAVELLI, 2006). Através da pessoa jurídica, a cooperativa conseguia linha de crédito para construção das moradias.

Programa de Urbanização de Favelas, Diadema, Brasil, 1983

Diadema, na região metropolitana de São Paulo, não possuía infraestrutura urbana até a década de 1980, quando sua situação era comparada a um acampamento. A pavimentação só existia em algumas ruas do centro da cidade (COELHO, 2008). O município é também um dos mais adensados do Brasil e sofreu com a especulação imobiliária dos terrenos industriais (DENALDI, 2003).

A eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1983, mudou o trabalho nas favelas, antes vistas como casos pontuais. Inicia-se o Programa de Urbanização de Favelas para resolver a questão social da cidade, reconhecendo que esse era um problema latente da população (COELHO, 2008).

O PT se manteve por 3 mandatos, possibilitando o programa evoluir sem perder o que já estava consolidado (DENALDI, 2003). Pode-se dizer que cada gestão foi uma fase, aqui se restringindo entre os anos de 1983 e 1996. A mudança política, que se tornou a principal política habitacional do município, colocou Diadema no pioneirismo nesta questão, (COELHO, 2008).

Foram também criados mecanismos legais de segurança das pessoas no lote, embora legalmente os moradores não possuíssem o terreno no período estudado. Um desses mecanismos é a outorga do título de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) (COELHO, 2008). Ao final do período estudado, 144 favelas das 200 já haviam sido urbanizadas, 99% das ruas estavam asfaltadas e com iluminação pública, entre outros serviços urbanos básicos (DENALDI, 2003).

Apesar do caráter progressista, também por causa do pioneirismo nesta abordagem, houve problemas criados pelo Programa. Muitas casas foram consolidadas em situações de risco, rios foram canalizados e algumas localidades não tiveram áreas de lazer ou de equipamento público, devido à

alta densidade das favelas (DENALDI, 2008). Mesmo assim, a cidade se qualificou em termos de infraestrutura e legalização de moradia.

O Programa foi realizado com uma pequena equipe de técnicos da Prefeitura, os moradores e seus representantes, ambos responsáveis por diversas etapas do processo. O recém-criado Movimento de Defesa das Favelas ficava com a articulação e tentativas de arrecadação de recurso, e a Igreja Católica, responsável pela articulação (COELHO, 2008).

O programa tem um urbanismo gradativo, com ênfase no parcelamento do solo e reconhecimento de posse. A primeira etapa (1983-1989) realizou principalmente o redesenho urbano, parcelando os lotes em unidades de 44m², com ruas de espaçamento mínimo de 4m para a passagem das infraestruturas. A segunda etapa (1990-1992) continuou o processo anterior, porém com foco na implementação de infraestrutura urbana, que a fase anterior não conseguiu efetivar por falta de recursos. Já a terceira etapa (1996-1996) focou nos grandes assentamentos informais e na criação do Plano Diretor, já incluindo essas experiências nele, também concluíram as obras de infraestrutura, se vinculando com empresas privadas (DENALDI, 2003).

Para a implementação, as famílias eram cadastradas para que fosse definido o tipo de atendimento. Posteriormente, iniciava-se o parcelamento dos lotes em dimensões igualitárias, seguindo os padrões mínimos estabelecidos, em que os moradores desmontavam suas moradias e as remontavam nos locais marcados pelos técnicos, sem ajuda financeira do município. Os projetos chegaram, nas duas fases, apenas a nível de estudo preliminar por causa da falta de técnicos. Por último eram realizadas as obras (DENALDI, 2003).

Assim, desenvolveram dois tipos principais de execução das obras: o sistema de mutirão, em que a população se organizava para realizar as obras com assessoria técnica, e o sistema de administração direta feita pelo município. Com o governo mais voltados para as práticas sociais, tinham preferência as comunidades com associações mais ativas, que pressionavam mais o governo, com isso, um sistema de organização popular e educação urbana surgiu entre os moradores das favelas. Procuram iniciar as obras nas áreas menos adensadas das favelas e evitavam a todo custo remover casas de alvenaria já consolidadas (DENALDI, 2003).

O financiamento do projeto foi quase inteiramente com recursos municipais, uma vez o programa foi a prioridade das gestões, contando com poucos recursos federais na terceira etapa. É importante

salientar que os moradores bancaram as intervenções ao removerem seus barracos e ajudarem nos mutirões com sua força de trabalho, esforço que é pouco dimensionado (COELHO, 2008) (DENALDI, 2003).

Quebrada Juan Bobo, Medellín, Colômbia, 2004

Medellín possui um histórico de informalidade urbana, ligado à industrialização da cidade, e ao êxodo rural pela violência no campo entre Estado e guerrilha, nos anos 1960 (URBAM E EDU, 2012). Isso fez com que a cidade se adensasse em vinte anos. Nos anos 1970, metade da população da cidade vivia em condições precárias (ECHEVERRI e ORSINI, 2012). A cidade foi marcada pela violência urbana com domínio dos narcotraficantes nos bairros pobres, sendo considerada a cidade mais insegura do mundo nos anos 1990 (URBAM E EDU, 2012).

No começo deste século se inicia os processos de requalificação urbana. Nesse contexto surgem os *Proyectos Urbanos Integrales - PUI*, intervenção urbana nos níveis físicos, sociais e institucionais para desenvolver territórios marginalizado e segregado (ECHEVERRI e ORSINI, 2012). O plano é regularizar os terrenos, fornecendo serviços urbanos e disponibilizando todos as forças simultaneamente para solucionar os problemas de uma área (URBAM E EDU, 2012). De forma geral, cria estratégias de fortalecimento das atividades econômicas, programas de educação e de incentivo ao uso dos espaços públicos, de responsabilidade *da Empresa de Desarrollo Urbano - EDU* e tem característica interdisciplinar.

A quebrada Juan Bobo foi ocupada inicialmente pelo uso rural. Nos anos 1970, trabalhadores se fixaram ali. Nos anos 1990, acontece a consolidação da região com casas de materialidade permanente, enquanto que se adensam as áreas mais baixas e próximas ao riacho, com casas de caráter provisório. É quando se inicia o projeto de urbanização.

O Estado protagonizou a mobilização, planejamento e projeto, e houve participação da comunidade no diagnóstico, acompanhamento da obra e participação nas oficinas. As melhorias habitacionais foram planejadas e executadas pela ONG *“Corporación de Desarrollo Educación y Vivienda - CODEVI”*. Em relação às oficinas, várias secretarias do Município fizeram atividades na comunidade (URBAM E EDU, 2012).

O projeto foi desenvolvido em 3 etapas, planejamento, execução e sustentabilidade, iniciadas em 2004. Na etapa do planejamento, o governo utilizou o conhecimento popular num diagnóstico

participativo e fez um censo no local. O diagnóstico tinha a função de reconhecimento espacial e socioeconômico, e por meio dele foi possível saber a realidade da comunidade.

Na execução, integrou-se socialmente a comunidade, criando comitês de acompanhamento de obras e projetos com os moradores e técnicos. O governo removeu o mínimo, mas quando fazia, realocava para dentro da comunidade em prédios multifamiliares. Houve melhorias habitacionais com assistência técnica onde aconteceu a regularização, e a melhoria do ambiente urbano (URBAM E EDU, 2012).

A EDU também promoveu nessa etapa oficinas técnicas e sociais para reduzir os impactos das obras no local, e atividades de integração. Em uma dessas oficinas, foi escolhido o nome do conjunto, batizado como *Nuevo Sol de Oriente* (URBAM E EDU, 2012).

A terceira etapa, a de sustentabilidade, foi para assegurar a sustentabilidade nos âmbitos social, ambiental e econômico das famílias. O intuito era dar educação urbana com atividades lúdicas, culturais e educacionais, capacitando os moradores para ampliar a busca por empregos. Durante essa etapa aconteceram ações urbanas no espaço físico para aumentar o senso de comunidade e incentivasse o uso do espaço público (URBAM E EDU, 2012).

O projeto teve financiamento municipal de várias secretarias e do “*Fondo de Vivienda de Interés Social de Medellín -FOVIMED* (URBAM E EDU, 2012). Por ser um projeto feito pela prefeitura de Medellín, não houve mobilização popular para a arrecadação de fundo.

Villas 31 e 31-bis, Buenos Aires, Argentina, 2002

A Villa 31 surgiu na década de 1930, com os trabalhadores do Porto Madero, e se adensou até ser uma das maiores favelas de Buenos Aires em 1970 (CESBA, 2017). Durante a ditadura, a comunidade foi quase erradicada para a passagem de uma autopista, mas houve resistência. Em 1989 foi construída uma pista elevada que dividiu a *villa*, criando assim a Villa 31-bis (PERTEN, 2011). Nos anos 1990, ameaças de erradicação surgiram com a notícia do plano de desenvolvimento do Bairro do Retiro, que não foi consolidado. Já nos anos 2000, a comunidade inicia processos judiciais para o melhoramento do local, fortalecendo a luta por sua fixação. Em 2002, a Universidade de Buenos Aires começa a trabalhar na região (CESBA, 2017).

Em 2009, com respaldo técnico da universidade, os moradores das Villas conquistaram por lei, a urbanização. Tal lei exige uma mesa com representantes dos governos nacional e municipal e representantes populares para a discussão do projeto. Esse projeto foi financiado pelo BID, e iniciou em 2016, mas ainda não fez a titularização e é criticado pela chance de gentrificação.

O projeto desenvolvido a partir de 2002 foi protagonizado pelos delegados representantes dos moradores das *villas*, escolhidos por setores, e alunos e professores da Universidade de Buenos Aires - UBA.

O projeto visa melhorias habitacionais, requalificação das vias e a determinação de hierarquias do sistema viário, com pontos de transporte público e meios alternativos, criação de moradia para as eventuais remoções decorrentes da urbanização, o que faz com que as pessoas possam morar no bairro, criação de áreas públicas e integração entre o bairro e a cidade de Buenos Aires, que não existe por conta da linha de trem ao lado do terreno (CASTRO, 2010).

Cada projeto específico surge de um programa capaz de resolver as condições do contexto urbano e possibilitar a inclusão socioespacial do bairro. Por ser da universidade, contou com bolsas acadêmicas, e possibilitou a luta embasada pelo direito à moradia (CASTRO, 2010).

A aproximação da universidade com a comunidade aconteceu com um grupo de advogados inseridos na Villa 31. A partir disso, a etapa inicial contou com discussões sobre o bairro e as possibilidades de urbanização. Para a articulação da população, o grupo técnico precisou criar delegados dos bairros, no início do processo, por eleição. A fase de planejamento contou com reuniões mensais com tais delegados, que faziam a ponte entre os técnicos e a população.

Na fase de desenho, a comunidade participou menos, sendo apenas consultados (PERTEN, 2011). Esse processo durou oito anos e ao final, os moradores usaram o projeto como ferramenta para dialogar com o governo. Atualmente o projeto implantado não é o mesmo que foi planejado pela universidade (CESBA, 2017).

O projeto da universidade não foi executado, ou seja, não precisou de financiamento. Como o projeto hoje em execução não é o projeto proposto pela UBA, não entra na análise do trabalho.

Tabela síntese

	Contexto histórico e político	Atores	Projeto	Processo	Financiamento
La Victoria	Êxodo rural e urbanização, <i>tomas</i> de terra, legalização da propriedade, e melhorias no bairro.	Moradores, estudantes, Igreja Católica e membros de partidos de esquerda.	Urbanização prévia feita por urbanistas e participação da população nas tomadas de decisões antes da <i>toma</i> de terra, facilitando a regularização.	Participação dos líderes comunitários no projeto, que foi desenvolvido no terreno ocupado, autoconstrução das casas e infraestrutura.	Arrecadação de recursos pelos próprios moradores, suporte do Estado para instalação de infraestrutura.
Conjunto José Pedro Varela	Pausa na produção de habitação pelo governo, forte movimento sindical e desenvolvimento das cooperativas de habitação por ajuda mútua.	Cooperados, empreiteiras na confecção de estruturas pré-moldadas, arquitetos da CEDAS (<i>Centro de Asistencia Técnica y Social</i>).	Três tipos de projetos, de acordo com a autonomia de cada grupo de intercooperativo, e um projeto urbanístico geral.	Autogestão das obras com assembleias gerais, autoconstrução das propriedades coletivas das 3 zonas, com ajuda externa para as estruturas.	Governo disponibiliza financiamento para pessoa jurídica (intercooperativa)
Programa de Urbanização de Favelas	Industrialização e urbanização, eleição de um governo mais voltado às questões sociais, alta informalidade, precarização e densidade urbana.	Técnicos municipais, população organizada, Movimento de Defesa das Favelas	Remarcação de lotes, obras de infraestrutura urbana e legalização do uso do terreno, divididos em três etapas ao longo de 12 anos	Cadastro das famílias, projeto de divisão dos terrenos (loteamento) e obras por mutirão ou administração direta	Recursos municipais e dos moradores das favelas que a intervenção abrangeu.
Juan Bobo	Proyectos Urbanos Integrales - PUI, melhoramento da cidade de Medellin.	Governo Municipal e Nacional, em várias secretarias, moradores da quebrada, ONG <i>Corporación de Desarrollo Educación y Vivienda e Empresa de Desarrollo Urbano</i> .	Projeto de melhorias habitacionais, legalização por escrituras, construções de novas habitações, melhoria do espaço urbano de requalificação ambiental.	Comunidade auxilia no diagnóstico, participa por meio da autoconstrução das melhorias da residência com assistência técnica, enquanto o governo faz aos projetos urbanos e atividades para fortalecimento da comunidade.	Financiamento público das várias secretarias envolvidas no processo.
Villas 31 e 31-bis	Local atraente para trabalhadores do porto, posteriormente atraente pela localidade central, desenvolvimento do projeto para tentar melhorar a qualidade de vida dos moradores e diminuir a tensão da região.	Moradores das Villas 31 e 31-bis, arquitetos e estudantes da Universidade de Buenos Aires.	Urbanização integral, melhorias habitacionais, novas residências em prédios e casas, e melhoramento do sistema viário.	Delegados representantes dos moradores participam do diagnóstico da região e interferem no projeto.	A princípio, a execução não aconteceu, então não houve financiamento, porém, o processo foi possível pelas bolsas dadas pela universidade e pelo Ministério da Educação.

Tabela 01: Tabela síntese. **Fonte:** Autoria própria

Conclusão

Os projetos analisados têm relação com o contexto para sua efetivação. Apesar do caso de La Victoria ter tido um caráter combativo na sua conquista, a regularização foi possível também pela vontade do governo socialista. O Conjunto José Pedro Varela utilizou o momento político de conquistas sindicais para se consolidar. Ambas as formas de luta foram reprimidas pelas ditaduras, porém a organização social existente auxiliou na resistência. Já nos casos do Programa de Urbanização de Favelas e da *Quebrada* Juan Bobo, a ligação com a política é a bases, pois são políticas governamentais. O projeto para Villa 31 e 31-bis se difere por ser acadêmico, servindo como ferramenta de luta popular.

Os atores analisados são parecidos, sendo majoritariamente a comunidade e o poder público, tendo arquitetos para assistência técnica. O projeto para Villa 31 e 31-bis se difere do padrão. Os projetos levam infraestrutura urbana às comunidades, sendo que o Conjunto José Pedro Varela, o Programa de Urbanização de Favelas e La Victoria focam também no acesso à moradia, que são feitas por meio de autogestão e autoconstrução.

Em relação ao processo, a maior parte deles são participativos, quando não autogeridos, como o caso de Conjunto José Pedro Varela e La Victoria. O financiamento fica por conta principalmente do poder público municipal.

Os projetos buscam a melhoria da vida da população por meio da urbanização e construção de moradias, fixando as pessoas onde escolheram. O direito à moradia é conquistado pelos próprios moradores. O papel do governo é paliativo ficando por conta da urbanização e legalização, levando os serviços da cidade formal à informal.

Os trabalhos estudados são paradigmáticos para cada contexto, entretanto, a escala de intervenção é pequena em comparação a necessidade para uma cidade mais democrática, porém são potencialidades. Portanto, existem projetos antigos que podem ser adaptados para as políticas públicas futuras de forma que se acrescente e amplie o conhecimento e repertório sobre o tema.

Com esses exemplos, é possível criar uma América do Sul mais democrática por meio da aliança entre a luta popular, tendo essa o protagonismo e a autonomia nos processos, e a vontade governamental, com apoio técnico e financeiro, para garantir os direitos.

Referências

ALMEIDA, Cecília. PINTOS, Agustín. **Corredor**: Transición entre lo público y lo privado, en la vivienda. (Tesina del curso: Producción de Vivienda con asesoramiento del Centro Cooperativista Uruguayo). Montevideo, 2015.

BARAVELLI, José E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. (Tese de mestrado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006

CASTRO, Javier F. **BARRIO 31 > CARIOS MugICA**: Posibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza. Instituto de la Espacialidad Humana, 1ª Edição, Buenos Aires, 2010 Disponível em: <<http://www.habitatinclusivo.com.ar/publicaciones.php>> Acessado em 01/04/2019

Consejo Económico y Social de la Ciudad Autónoma Buenos Aires (CESBA). **Acerca de la integración urbanística y social en villas de la ciudad de Buenos Aires**. Consejo Económico y Social de la CABA, 1ª Edição. Buenos Aires, 2017, p. 43- 48. Disponível em: <<http://www.bdigital.cesba.gob.ar/handle/123456789/412>> Acessado em: 02/04/2019

Coalición Internacional para el Hábitat - Oficina para América Latina (HIC-AL), **Utopías en construcción**: Experiencias latinoamericanas de producción social del hábitat. México, 2017. Disponível em <<https://hic-al.org/informate/biblioteca/libros/>> Acessado em 10/04/2019

COELHO, Marta C.S. **Espaço de direitos é mais que direito a espaço**: o processo de urbanização de favelas em Diadema (1983-2008). (Tese de Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CUBRÍA, Norberto. DI PAULA, Jorge. El Desafío de la escala: Conjunto “Jose Pedro Varela”, In: Nahoum, B. (org.) **Una historia con quince mil protagonistas**: Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas. Intendencia Municipal de Montevideo. 2ª Edição Montevideo. 2008/2ª, p.204-210

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. (Tese de Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ECHEVERRI, Alejandro. ORSINI, Francesco M. Informalidad y Urbanismo Social en Medellín, In: **Sostenible?** N. 12, Càtedra UNESCO de Sostenibilitat de la UPC, Barcelona, 2011. Disponível em <<https://upcommons.upc.edu/handle/2099/11900>> Acessado em 20/06/2019

Empresa de Desarrollo Urbano EDU, Universidad EAFIT. **Medellín: modelo de transformación urbana**. Proyecto Urbano Integral-PUI- en la zona nororiental. Consolidación Habitacional en la quebrada Juan Bobo. Medellín, Colômbia, 2012. Disponível em <<http://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articpulos-publicaciones/Paginas/medellin-modelo-transformacion.aspx>> Acessado em 05/05/2019

GIANNOTTI, Emanuel. Una ciudad de propietarios. El caso de la Población La Victoria. In: **AUS Arquitectura / Urbanismo / Sustentabilidad**, nº 15, 2014, p. 40-45. Disponível em: <<http://revistas.uach.cl/index.php/aus/issue/view/16>>. Acessado em 14/04/2019.

HARVEY, David. The right to the city. In: **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**, Verso, Nova York, 2012.

HIRATA, Márcia S. MARCHISOTTI, Helena. FUCVAM: prática em Artes, urbanidades e sustentabilidade por meio da autogestão na produção de moradias. In: **Revista Húmus**. Vol. 8, n. 23. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/9069>> Acessado em: 12/04/2019)

LAWNER, Miguel. La Victoria: 50 años de victorias Editorial ARCIS / Grupo de Trabajo de La Victoria. In: **Revista de Crítica Cultural**, Chile, Nº 36. Dezembro, 2007, p. 82-84.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 5ª Edição, 3ª Reimpressão. São Paulo, 2011.

LOPES, Débora Quirendé Chaves. **OCUPAÇÃO**: edifícios abandonados e o direito à moradia. (Trabalho apresentado no curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília), Brasília, 2016.

MARICATO, Ermínia. Conferência de Abertura. In: **III URBFAVELAS - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas: Por uma agenda pública permanente no campo dos assentamentos precários**. Salvador, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3-RilbnpUQA>> Acessado em 14/04/2019

ONU-HABITAT III. **Regional Repost: Latin America and the Caribbean**. 2016. Disponível em <<http://habitat3.org/documents-and-archive/preparatory-documents/regional-reports/>> Acessado em 6/03/2019

PERTEN, Jacob. The Successes and Shortcomings of Participatory Slum-Upgrading in Villa 31. In: **Independent Study Project (ISP) Collection**. N. 1037. Buenos Aires, 2011. Disponível em <https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/1037/> Acessado em: 01/04/2019

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais para uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul**. Cortez Editora, 1ª Edição, São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. Lugar e cotidiano. In: **Epistemologias do Sul**, Cortez Editora, 1ª Edição, São Paulo, 2010.